



A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA RESPIRA POR “APARELHOS”? UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS TUÍTES DE ERNESTO ARAÚJO E AS INTERAÇÕES COM A OPINIÃO PÚBLICA

DOES BRAZILIAN FOREIGN POLICY BREATHE THROUGH "DEVICES"? A CONTENT ANALYSIS OF THE TWEETS OF ERNESTO ARAÚJO AND THE INTERACTIONS WITH THE PUBLIC OPINION

**Anna Beatriz Ramalho
Caio Henrique Pinheiro
Gabriella Rodrigues
Marcos José Soares
Pedro Palma
Romberg de Sá Gondim**

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar a política externa estabelecida durante o primeiro um ano e meio do governo Bolsonaro, através das interações e declarações feitas pelo Ministro Ernesto Araújo em sua conta oficial na rede social Twitter. A análise é embasada na filtragem dos termos mais utilizados pelo Chanceler e em como o uso destes termos corroboram para a indução da ideologia que caracteriza o período atual. Nesse sentido, com ênfase nas publicações referentes ao continente americano, qualificantes negativas, positivas e/ou neutras foram conferidas aos termos usados pelo Ministro. A partir disso, o artigo demonstra que a articulação exercida entre a política externa e a opinião pública passou a ser fortemente engajada pelas facilidades das interações online. Entretanto, também aponta que as atividades do Chanceler no Twitter favorecem a polarização do debate público e buscam a manutenção da base eleitoral do presidente Bolsonaro, por meio da retórica de descontinuação em relação aos governos anteriores.

Palavras-chave: Política Externa; Bolsonaro; Ernesto Araújo; Twitter; Opinião Pública.

ABSTRACT

This article aims to analyze the foreign policy established over the first year and a half of Bolsonaro's government, through the interactions and statements made by the Minister Ernesto Araújo on his official account on the social network Twitter. The analysis is based on the filtering of the most used qualifying terms by the Chancellor and on how the use of these terms corroborates the induction of the ideology which characterizes the current period. In this sense, with emphasis on publications referring to the American continent, qualifiers negative, positive and / or neutral were assigned to the terms used by the Minister. Thus, the article demonstrates that the articulation exercised between foreign policy and public opinion started to be strongly engaged by the facilities of online interactions. However, it also points out that the activities of the Chancellor on Twitter favor the polarization of public debate and seek to maintain the electoral base of President Bolsonaro through the rhetoric of discontinuation in relation to previous governments.

Keywords: Foreign policy; Bolsonaro; Ernesto Araújo; Twitter; Public Opinion.

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente restrita aos limites do Palácio do Itamaraty, a Política Externa Brasileira (PEB) se manteve, ao longo do tempo, distante do interesse da grande massa (FARIA, 2008). Entretanto, uma série de mudanças na conjuntura do país e do mundo tem transformado esse padrão. Fatos como a transição democrática e a popularização das mídias sociais tornaram a PEB um assunto sujeito à *accountability* e às dinâmicas de aprovação no sistema democrático e também transformaram as relações entre opinião pública e política externa.

Essas mudanças, contudo, não foram somente estruturais e abrangeram também o conteúdo e a direção da PEB. Em relação a isso, foi possível observar que o surgimento das mídias sociais influenciou a emergência do movimento populista de direita, que culminou na eleição de Jair Bolsonaro para presidência do país em 2018. No seio desse movimento direitista estava justamente a reivindicação de mudança na política externa e tal fato tornou-se amplamente debatido nas redes sociais, de modo a tornar a promessa de uma nova PEB um dos pilares da eleição de Bolsonaro. Cumprindo essa promessa até então, o governo Bolsonaro tem transformado a PEB nas mais diversas searas: desde a escolha de Ernesto Araújo para Chanceler até no que diz respeito às mudanças de posicionamentos tradicionais do Brasil no cenário internacional.

Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar como o atual chanceler, e maior representante do Itamaraty, Ernesto Araújo, tem usado das redes sociais para interagir com a Opinião Pública brasileira e quais as relações dessa interação com a política externa do governo de Jair Bolsonaro. Levanta-se aqui a hipótese de que Ernesto Araújo utiliza seu *Twitter* como uma forma de manter o apoio da base eleitoral do governo Bolsonaro em um cenário cada vez mais polarizado. Deste modo, o Chanceler reafirmaria o discurso da campanha de que a nova gestão seria responsável por uma mudança e uma desideologização na PEB no que tange especificamente ao alinhamento com os EUA e ao distanciamento da América Latina.

Para tanto, dividimos o trabalho em dois momentos. A princípio realizamos uma breve revisão de literatura abordando discussões sobre as relações entre opinião pública e política externa, focando no caso brasileiro. Em sequência, discorreremos sobre a política externa de Bolsonaro e sobre o argumento de mudança da PEB defendido pelo seu governo. Por fim, concluímos essa primeira parte abordando o papel do *Twitter* tanto no que tange às relações entre opinião pública e política externa, quanto ao contexto das eleições presidenciais de 2018.

Na segunda parte, realizamos uma análise de conteúdo dos tuítes de Ernesto Araújo, de novembro de 2018, momento posterior a sua indicação pelo Presidente eleito, quando criou suas redes sociais, até julho de 2020. Por meio de métodos qualitativos, realizou-se uma comparação dos tuítes do Ministro com o plano de governo para a PEB, do então candidato Bolsonaro. Nesse sentido, buscou-se identificar a utilização da plataforma *Twitter* para a manutenção da base eleitoral da atual gestão, a partir da tônica da mudança em relação à PEB dos governos petistas.

Quantitativamente, observou-se, por exemplo, o montante de menções, por parte do Chanceler, de temas sensíveis ao mote da mudança paradigmática da PEB. Partindo de dados coletados pelo software ‘Maxqda’ e posteriormente codificados, foi possível identificar as conotações negativas, positivas e/ou neutras em relação aos países mais citados por Ernesto, Estados Unidos e Venezuela. Tais menções marcam a posição adotada pelo atual chefe do Itamaraty quanto ao conteúdo da PEB no *Twitter*.

OPINIÃO PÚBLICA, MÍDIA E POLÍTICA EXTERNA: O CASO BRASILEIRO

Apesar de amplas divergências, de acordo com a definição de Manzur a ideia de opinião pública pode ser concebida como “o conjunto das correntes de pensamentos expressas em um país em um determinado período” (1999, p. 30). Walter Lippmann (2008) observou que, a partir da ampliação da comunicação de massa, os homens foram capazes de construir imagens de acontecimentos externos à sua realidade cotidiana. Nesse sentido, o autor considera que a opinião pública é construída a partir dessas imagens que já foram constituídas no subconsciente dos seres humanos: “As imagens na cabeça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamentos, são suas opiniões públicas” (LIPPMANN, 2008, p.40). Sendo assim, a opinião pública para Lippmann (2008) seria uma média das opiniões que circulam em uma determinada sociedade, num momento determinado.

Em países democráticos, espera-se que a opinião das pessoas seja levada em consideração na formulação das políticas públicas e isso inclui também o processo de formulação da política externa (ROBINSON, 2008). Entretanto, muito se argumenta sobre a incapacidade do público de ter uma visão coerente e influente nos assuntos de política externa devido à má informação (ROBINSON, 2008).

Ao analisar especificamente o caso estadunidense, Baum e Potter (2008) defendem que essa incapacidade relaciona-se a uma assimetria informacional por parte da opinião pública em comparação às elites responsáveis pelas tomadas de decisão em política externa. Nesse

sentido, haveria normalmente um *gap* de poder relativo ao acesso à informação, o que, para abordagens elitistas, significaria um domínio das elites sobre a opinião pública no que tange à formulação da política externa (ROBINSON, 2008; BAUM; POTTER, 2008).

Em continuidade, Baum e Potter (2008) revelam que a mídia tem papel importante na assimetria informacional, principalmente no que diz respeito a sua falta de interesse em ativar o engajamento público e em chamar atenção para questões de política externa. Ainda segundo os autores, o papel crucial da mídia na relação entre opinião pública e política externa estaria tradicionalmente submetido aos desejos da elite (BAUM; POTTER, 2008).

No entanto, vários fatores que vão desde um número alto de baixas em uma guerra à evidências de que os líderes "distorcem" os fatos para além da credulidade podem levar a opinião pública a aumentar sua demanda por informações da mídia (BAUM; POTTER, 2019). Por essa perspectiva, a mídia agiria como se estivesse em um mercado que produz resultados em política externa através de interações dinâmicas e variadas, no qual permanece como um "cãozinho de estimação" com medo de decepcionar seus patrocinadores (as elites), mas que também pode servir aos interesses de seus clientes (opinião pública) se tornando um vigia dos primeiros (BAUM; POTTER, 2008, p. 54).

Olhando especificamente para o caso brasileiro, nos defrontamos com uma tradição bem consolidada de análise de política externa que trata do histórico *insulamento* do processo de produção dessa política em torno do Ministério das Relações Exteriores/Itamaraty (FARIA, 2008). Nesse sentido, é válido inferir que esse insulamento resulta em um distanciamento generalizado dos tomadores de decisão em PEB da opinião pública e vice e versa. Além disso, para Mello (2019), diferentemente do que ocorre na análise de Baum e Potter (2008) sobre a relação entre opinião pública e política externa, o Brasil não apresenta fatores que ativam uma mobilização em massa em relação aos assuntos estrangeiros. Nas palavras da autora, "o país não teve conflitos prementes de política externa com destaque duradouro no debate público" (MELLO, 2019, p. 17, *tradução nossa*).

Contudo, Faria (2008, p. 84) também destrincha em seu trabalho uma possível tendência à transformação dessa realidade. A partir de um processo designado como o "desencapsulamento" da PEB, o autor alerta para os impactos que o abandono da substituição de importações e a introdução do novo modelo de desenvolvimento nos anos 1990, juntamente à globalização, tiveram sobre a internacionalização da sociedade brasileira. Ademais, cabe ressaltar ainda o papel da transição democrática ao longo dos anos 1980 e o reconhecimento da política externa como uma política pública que deveria estar sujeita à aprovação ou rejeição pelos cidadãos (MELLO, 2019). Assim sendo, essas e outras mudanças permitiriam uma maior

aproximação da opinião pública e uma maior visibilidade doméstica das relações internacionais do país e teriam como consequências, “de um lado, pressões no sentido da reversão do padrão insulado de produção da PEB e, por outro, reações adaptativas da presidência e do Itamaraty” (FARIA, 2008, p. 86).

Todavia, o surgimento das mídias sociais no Brasil, na esteira dessas transformações, é um fator essencial para o entendimento do relacionamento entre Opinião Pública e Política Externa atual (MELLO, 2019). Para Baum e Potter, a mídia tradicional desempenha o papel de coletar, de enquadrar (*framing*) e de distribuir informações, influenciando importantes aspectos da relação entre a opinião pública e a política externa (2008 *apud* MELLO, 2019). Por esse aspecto, as atitudes das pessoas sobre a política externa estão diretamente relacionadas às fontes de mídia que consomem e à forma com que suas notícias e informações passam pelo processo de *framing* (BAUM; POTTER, 2008 *apud* MELLO, 2019). Mas, o que mudou com a chegada das mídias sociais no Brasil? Para Mello (2019), as interações nas redes sociais difundiram os debates sobre política externa entre o público e permitiram um contato mais direto entre as elites do Itamaraty e a opinião pública.

Por outro lado, Baum e Potter (2019) pontuam a proliferação crescente do caráter partidário dos meios de comunicação. Ao permitir que a opinião pública se inserisse em ambientes de notícias ideologicamente favoráveis, as mídias sociais tornaram mais difícil para os líderes irem além de suas bases partidárias para persuadir os cidadãos a apoiar suas políticas. Além disso, os algoritmos desenvolvidos por plataformas de mídia social foram projetados de modo a proteger seus usuários contra a exposição a pontos de vista alternativos (BAUM; POTTER, 2019). O resultado desse fenômeno foi uma crescente polarização que se refletiu também na PEB brasileira.

Na próxima seção, será destrinchada qual a tônica da mudança na PEB defendida pelo governo Bolsonaro em comparação às políticas anteriores e qual a relação da mídia, em especial, do *Twitter*, com a construção desse discurso com amplo caráter polarizador.

A Política Externa de Bolsonaro e a Mudança de Postura em Relação à Política Externa Petista

A política externa brasileira seguiu os trilhos da autonomia, em relação aos Estados Unidos, e de uma diversificação das relações com outros Estados. Utilizando um esboço mais macro, tais direcionamentos puderam ser vistos desde o chanceler Azeredo da Silveira, no governo Geisel, ainda em 1974. Contudo, esses traços de política externa não significaram a

adoção de uma política anti-imperialista e de rompimento com o sistema internacional, mas sim no universalismo na condução da política externa (PASSOS; SANTANA, 2018).

Tendo em vista as relações entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA), mesmo durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016) estas não deixaram de ser amistosas. Apesar de, no decorrer do governo Rousseff (2011-2016), as revelações de espionagem feitas por Edward Snowden terem evidenciado alegações que envolviam a presidenta brasileira (RICUPERO, 2017).

Já o governo Lula da Silva (2003-2010) manteve certa continuidade nas linhas gerais adotando a estratégia de autonomia pela diversificação, trazendo temas sociais para pauta, até então negligenciados (VIGEVANI; CEPALUNI, 2017). A busca pela ascensão a *player* global, intensificada por uma diplomacia SUL-SUL, e o fortalecimento do Mercosul, foram algumas das características do governo (SARAIVA, 2013). Ademais, a tendência esquerdista emergente na América Latina, durante o período, favoreceu a intensificação da cooperação entre os países latinos, que compartilhavam de ideologias similares. Vale ressaltar, também, a entrada da Venezuela no Mercosul, orquestrada pelos governos brasileiro e argentino, através da retirada temporária do Paraguai (RICUPERO, 2017).

Ainda a respeito da relação com os EUA, observa-se uma continuidade na política adotada por Fernando Henrique (1995-2002) em criar empecilhos para o ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas), optando pelo fortalecimento do Mercosul (RICUPERO, 2017; SARAIVA 2013; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Ademais, no governo Lula observou-se a aproximação com países em desenvolvimento, como por exemplo os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), em paralelo à tentativa de assumir um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a fim de buscar reconhecimento e afirmação enquanto *Player* Global. Neste período protagonizou, juntamente com a Turquia, a construção de uma solução a respeito do Programa Nuclear do Irã, prematura à solução da ONU, assumindo posição diferente das grandes potências (RICUPERO, 2017).

De volta ao governo Dilma Rousseff (2011-2016), os avanços na diplomacia entre os países do BRIC foram notórios, contando ainda com a entrada da África do Sul ao grupo, passando a ser denominado BRICS. Além disso, o bloco criou um banco neste período, para servir de alternativa para o financiamento do desenvolvimento frente ao FMI (RICUPERO, 2017). Outra mudança relevante no cenário econômico descrito, foi que em 2012 a China se tornou o principal parceiro econômico brasileiro, com saldo superavitário direcionado ao país latino americano, ultrapassando os EUA (CERVO; LESSA, 2014; RICUPERO, 2017). Em contrapartida, o saldo da balança com os EUA se mantém, principalmente, deficitário para o

Brasil, aumentando ainda mais a relevância da economia chinesa para o governo.

Contudo, o vigor da economia brasileira apresentado durante os governos Lula da Silva, tendo enfrentado a crise mundial de 2007-2008 sem grandes prejuízos, não se manteve durante o governo Dilma Rousseff. Com a perda do dinamismo econômico, seguida de medidas governamentais que não alcançaram resultados esperados, o crescimento visto outrora já não se encontrava mais (RICUPERO, 2017). Somado a isso, as jornadas de Junho de 2013, organizadas por movimentos sociais, inicialmente devido ao aumento da tarifa do transporte público, se alastram, levando milhares de pessoas com pautas diversas às ruas. Além disso, vale ressaltar a organização das manifestações realizadas e disseminadas através das redes sociais, como Facebook e Twitter, que tiveram proporções, até então, nunca vistas no Brasil (RICUPERO, 2017).

Dentro dessa conjuntura, Dilma Rousseff sofreu um *impeachment*, assumindo seu vice, Michel Temer (2016-2018). A “Nova Política Externa Brasileira”, implantada logo no início do seu governo, resultou em uma mudança acentuada que interrompeu as premissas que eram seguidas pelo Itamaraty até então (MOREIRA, 2020).

Um marco importante neste rompimento da política externa foram as relações com a Venezuela. Se outrora o governo brasileiro articulou politicamente sua entrada no Mercosul, com Temer, passou a exigir sua retirada, devido às questões internas da eleição presidencial. Em consequência, foi criada a articulação do Grupo de Lima, grupo com 14 países da América Latina que não reconhecem o presidente Nicolás Maduro (2019-2025) como eleito legitimamente e reconhecem Juan Guaidó como presidente venezuelano, causando turbulências nos países do entorno. Esta crise venezuelana provocou ondas de refugiados, afetando diretamente o Brasil (MOREIRA, 2020).

Além disso, a cooperação SUL-SUL também sofreu mudanças, deixando de ser pauta relevante na política externa, fato que resultou no afastamento de parceiros tradicionais, como a Venezuela, Bolívia e Cuba, ao passo que voltou a dar preferência a países como Estados Unidos e países da Europa Ocidental. Reuniões e acordos bilaterais passaram a ser prioridade, diminuindo a relevância para negociações em bloco, além da busca por potencializar o comércio internacional (MOREIRA, 2020).

Por fim, o governo Jair Bolsonaro (2019-atual) marca também uma ruptura na política externa. Por intermédio de seu Chanceler, Ernesto Araújo, o “novo Itamaraty”, nome dado durante sua campanha eleitoral, é responsável pelo rompimento das linhas de política externa que vinham sendo seguidas, principalmente em comparação com as seguidas pelos governos do PT (PASSOS e SANTANA, 2018). A desideologização da política externa é uma das

principais pautas do novo governo, seguindo, de certo modo, a pauta iniciada por Temer (MOREIRA, 2020). Entretanto, o discurso recorrente da retirada da ideologia serve apenas para mobilizar seus apoiadores, uma vez que não existe ação internacional sem ideologia” (MENDES, 2015, *apud* MOREIRA, 2020, p.15).

Esse discurso ideológico é usado, principalmente, por uma ala do governo adepta às concepções de Olavo de Carvalho. Dentro da corrente está grande parte dos civis que compõem o governo, dando ênfase aqui ao Chanceler Ernesto Araújo. Em disputa constante por poder e influência dentro do governo com essa ala ideológica, a militar, liderada pelo vice-presidente Hamilton Mourão, é a ala mais pragmática do governo. Os militares defendem a moderação dos tons do discurso e, atuando com mais pragmatismo. Com isso, o governo se comporta como um pêndulo, ora atuando mais sob influência de um grupo, ora por outro (SARAIVA; SILVA, 2019).

Há uma revisão na concepção das prioridades de parcerias internacionais, tendo o atual governo elencado EUA (ainda na gestão Trump) e Israel colocados como parcerias abandonadas por governos anteriores que estariam sendo reconstruídas. Seguindo incondicionalmente os EUA, o apoio ao presidente Donald Trump, desde a campanha eleitoral de 2018, se manteve fiel. Ademais, a concepção que ao ampliar os laços com países ricos e preferir essas aproximações fará com que o Brasil se torne mais rico está entre as convicções do governo (PASSOS; SANTANA, 2018).

A forte aproximação com os EUA resultou no acordo de concessão da Base de Alcântara. Em contrapartida, o nunca pleiteado o status de “*major non NATO ally*”, status de aliança com os países da OTAN foi recebido pelo Brasil. Contudo, o interesse em entrar na OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) reforça a tendência de afastamento aos países em desenvolvimento e o descaso para com a cooperação SUL-SUL. Ademais, após a retirada do apoio estadunidense, o Brasil não conseguiu alcançar o objetivo de filiação à organização (SCHUTTE; FONSECA; CARNEIRO, 2019).

Dentre as mudanças no discurso, entre a campanha eleitoral e as realizações durante o governo, está o relacionamento com a China. Isso se deu devido aos interesses comerciais do agronegócio brasileiro, setor base de apoio do governo, com a China, e um abalo na relação diplomática entre os dois países seria extremamente prejudicial ao setor, que em 2019 representou 21,4% do PIB nacional (CNA, 2020). Entretanto, desavenças *online* constantes, por meio do Twitter e de discursos do período eleitoral, não prejudicaram economicamente o Brasil ainda (SCHUTTE; FONSECA; CARNEIRO, 2019).

Partindo para um contexto regional, as relações com a Venezuela, Bolívia e Cuba

foram estremecidas, com o discurso de *desideologização* da política externa, passando por momentos de tensão desde o início do governo, a exemplo da situação na fronteira com a Venezuela e do rompimento com o programa de médicos cubanos. Quanto à Venezuela, um discurso inicial do governo brasileiro afirmou que todos os meios de solução de controvérsias estariam disponíveis para que Maduro seja retirado do poder. No entanto, o vice-presidente, que aparenta prezar pelos princípios constitucionais da PEB de não-intervenção e pacifismo, abafou as tensões (SARAIVA; SILVA, 2019; SCHUTTE; FONSECA; CARNEIRO, 2019).

Na esteira dessas ações, o anticomunismo e antipetismo, discurso basilar da campanha eleitoral de Bolsonaro, são sempre revisitados. Jargões como “vai para Cuba!” e “o Brasil não vai virar uma Venezuela!” são constantemente trazidos pelo governo (SCHUTTE; FONSECA; CARNEIRO, 2019). Isso indica a constante atividade e militância da base apoiadora do governo, muitas vezes pelas redes sociais, no suporte à tomada de decisões, por mais controversas que possam ser.

POLÍTICA EXTERNA E AS REDES

Uma abrupta ruptura é percebida com relação à direção a qual vinha sendo seguida as diretrizes de política externa brasileira, reformulando os pilares da redemocratização. Jair Bolsonaro, em parceria com sua ala ideológica, mudou a estabilidade que a política externa tinha adquirido. Essas mudanças tiveram seus primeiros indícios com as disputas políticas das eleições de 2018, quando um excesso de postagens em redes sociais foram percebidos, na tentativa de um desvinculamento com a grande mídia tradicional, a qual o presidente acusa, insistentemente, de enviesar notícias (SARAIVA; SILVA, 2019; MOREIRA, 2020).

A direção da política externa, tradicionalmente, visava, até então, a estabilidade. Quando determinada medida era anunciada, esperava-se que a decisão fosse realmente acatada, o que não tem sido algo perpetuado atualmente, visto que alterações nas tomadas de decisões são percebidas, levando a uma banalização da condução diplomática, prejudicando a previsibilidade das relações internacionais, inclusive o mercado financeiro. Seguindo esta dinâmica de imprevisibilidade, segundo Dourado (2020), tanto o anúncio das diretrizes, quanto às revogações destas, são preferencialmente anunciadas nas redes sociais de atores políticos.

Dessa maneira, pode-se estabelecer a analogia de que a política externa brasileira vem respirando por aparelhos e que, a cada crise, a cada escândalo, um novo ator, sendo o

Chanceler Ernesto Araújo, os filhos do presidente ou qualquer representante governamental, que se identifique com a ala ideológica do governo, passa a atuar como figura de exemplo para manter a opinião pública mobilizada, através das redes.

Nesse sentido, o *Twitter*, usado como principal ferramenta de propagação de informações do governo, juntamente com o *Facebook* e *Whatsapp*, é a principal maneira de *accountability* entre o governo e seus apoiadores. Mesmo com toda a *expertise* do Itamaraty, a política externa vem sendo preferencialmente conduzida pela diplomacia midiática¹, a qual parece priorizar as relações com os EUA e Israel, adotando uma postura diplomática reversa com a China (SCHUTTE; FONSECA; CARNEIRO, 2019).

Em suma, a postura de “desideologização” com as pautas fomentadas durante os governos petistas prejudica a estabilidade dos rumos da política externa, promovendo um retrocesso político internacional brasileiro, como se tem visto com a não participação em fóruns e em reuniões importantes no sistema internacional, assim como o desprezo por Instituições, antes desenvolvidas com um propósito de crescimento e cooperação SUL-SUL (SARAIVA; SILVA, 2019; MOREIRA, 2020).

Qual o Papel do Twitter?

As interações nas mídias sociais criaram recentemente um palco político-social capaz de mobilizar grandes ondas de pensamentos sobre aspectos importantes e de grande influência no direcionamento da política externa brasileira. As opiniões similares e conflitantes resultantes destas ondas evidenciam a consequência das interações digitais, que por diversas vezes assumiram caráter físico, seja através de manifestações, ou pelo próprio ato de votar. Robinson (2008) já descrevia esse efeito além das redes, o qual é capaz de gerar ocupações reais, do espaço urbano e público, fomentando e concretizando a luta política.

Para entender o poder das interações *online* aqui descritas e analisadas, é preciso analisar como a rede social escolhida funciona. O *Twitter* surgiu em 2006 como uma grande aposta de mesclagem entre um diário pessoal interativo e uma plataforma de comunicação. Contudo, foi só em meados de 2010 que a plataforma começou a demonstrar como seus algoritmos, a partir das ferramentas, que conhecemos por *trendingtopics* (TT), *hashtags* (#) e *retuítés* (RT), são capazes de concentrar, de forma desigual, e tornar relevante informações

¹ Diplomacia midiática, ou *media diplomacy*, é o conceito de estratégia de ação da política externa, no qual a opinião pública e os meios de comunicação em massa são os atores centrais.

sobre determinado assunto, criando grandes debates, quase que imediatos aos acontecimentos discutidos. Para Jack Dorsey, cofundador da plataforma, o objetivo inicial sempre foi tornar *o passarinho azul*² um bem de utilidade pública, assim como a água³ encanada e a energia elétrica (VAN DIJCK, 2013).

As *hashtags* são utilizadas para preceder uma expressão que se deseja colocar em evidência, entre os assuntos mais comentados, ou para que pessoas que estejam interessadas em um mesmo assunto possam interagir com as variadas opiniões alheias, e o *retweet* reforça a possibilidade de difusão de uma ideia, reforçando também a lista de assuntos em destaque do momento, os *trending topics* (VAN DIJCK, 2013). Ainda de acordo com Dijck (2013), todo este mecanismo de repasse de informações instantâneas passou a chamar a atenção de empresas e principalmente, ao que mais nos importa neste estudo, de líderes políticos.

Apesar da promessa da conectividade entre indivíduos e comunidades, a desigualdade presente dentro dos algoritmos do Twitter é observada. A partir do sistema de seguir/ser seguido, e da função de *retweetar*, algumas contas conseguem atingir muito mais pessoas com uma facilidade maior do que outras (VAN DIJCK, 2013), como tomadores de decisão e membros das elites políticas.

Sendo assim, podemos citar Trump e Bolsonaro como exemplos de líderes que divulgam grande parte de seus discursos e pronunciamentos através de suas contas na plataforma. Bolsonaro evitou diversos debates oficiais e entrevistas em grandes portais desde a campanha eleitoral, porém, sua conta no *Twitter* não passa um dia sequer sem alimentar seus milhões de seguidores com as novidades do governo, mas também, principalmente, com a suposta desideologização das remanescentes ideias dos governos de esquerda anteriores, criando, na verdade, a ideologização característica do período atual. Para Mello (2019), o cerne da questão está na desinformação das massas que culmina em uma absorção rápida e fácil de informações – mastigadas, descontextualizadas – disponibilizadas e compartilhadas por grandes perfis políticos.

Os efeitos da absorção destas informações recaem sobre a política externa, formando opiniões partidárias, refletindo na polarização da política doméstica (BAUM; POTTER, 2019). Termos como *bolhas virtuais* e *câmaras de eco* são usualmente utilizados pelos estudiosos, ou debatedores, quando o assunto é a segregação ou a seleção de informações e grupos sociais, principalmente a nível político. O conceito de *bolhas virtuais* é frequentemente utilizado para

² Símbolo da plataforma.

descrever um grupo de pessoas que compartilha do mesmo pensamento e que se limita a reproduzir ideias similares e confortáveis, confirmando o conceito de *eco chambers*, o qual consiste na repetição destas informações preferidas e orientadas (NICKERSON; BUTTS, 1998 apud FERREIRA; RIOS, 2017).

A variação das características, demográficas e etárias, dos usuários do *Twitter* ajuda a entender como a plataforma reconfigurou sua funcionalidade, de uma estrutura genérica de comunicação *online* e interação social, para um *networking* informacional. De início, esperava-se que o público alvo da plataforma fosse de jovens estudantes, de 15 a 20 anos, o que realmente se confirmou nos primeiros anos de estabilização da rede social. No entanto, desde 2009 a rede passou a contar com inúmeros perfis que se configuram a partir da faixa etária de 30 anos (VAN DIJCK, 2013). Esta ampliação e diversificação dos usuários reflete na hipótese de como significativa parcela da população passou a se interessar por temáticas que antes não eram amplamente difundidas e como esta parcela encontrou no *Twitter*, por meio de grandes perfis amplificados pelos algoritmos, um meio de colher, filtrar, e contestar informações.

Na última eleição presidencial, o Brasil se deparou com uma extensa leva de desinformação generalizada por compartilhamentos de *fakenews*. As mensagens compartilhadas eram compostas por termos específicos que se repetiam através de novas histórias e, dentre os termos em questão estavam China, Venezuela, EUA e Israel. A disseminação destes conteúdos inverídicos moldou a opinião pública de parte da população brasileira, gerando apoio imediato ao atual presidente Jair Bolsonaro e criando a ideologização própria do governo. Os termos ainda hoje se repetem nas principais contas políticas do governo vigente. Para Mello (2019) é clara a ideia de que a interferência de atores políticos nas grandes redes informacionais, como o *Twitter*, é a principal combinação responsável por construir o que a opinião pública brasileira sabe sobre política externa.

ANÁLISE DE CONTEÚDO DO TWITTER DO ERNESTO ARAÚJO

Tendo em perspectiva o exposto até então, pode-se reiterar o papel fundamental desempenhado por plataformas digitais de *microblogging*, como o *Twitter*, em contextos políticos e relacionados à opinião pública, como foi evidenciado por Van Dijck (2013). Somado a isto, tem-se a participação de tomadores de decisão de Política Externa nestas plataformas, estes que possuem uma abertura enorme para entrar em contato direto com a opinião pública, sem intermediação da mídia tradicional. Essa presença não apenas modifica o

equilíbrio entre estes três atores, como exposto por Baum e Potter (2019), mas também altera a forma como a política externa é transmitida e traduzida para a população, como pode ser corroborado por Mello (2019). Diante do cenário de transição dos rumos seguidos pela política externa do governo Bolsonaro desde 2019, ressalta-se não apenas o papel das redes sociais - e neste trabalho trata-se especificamente da conta pessoal do Ministro de Estado das Relações Exteriores, no que tange à divulgação, tanto de ações oficiais, quanto de impressões individuais do Ministro sobre os assuntos internacionais -, como também a importância do conteúdo destas contas do *Twitter* enquanto objeto de análises de conteúdo.

Desta forma, a análise da conta pessoal do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, permitirá uma melhor averiguação acerca de nossa hipótese inicial, isto é, se ferramentas como redes sociais são utilizadas para manutenção do apoio aos tomadores de decisão e na mobilização de sua base eleitoral. Observando os dados/ informações coletadas será possível uma melhor compreensão de como a política externa no atual governo é transmitida e traduzida para a população, como ela é exposta pelo centro das decisões.

Criada em novembro de 2018, já quando estava indicado ministro, a conta pessoal de Ernesto Araújo apresentava, ao fim de julho de 2020, quinhentos e quinze (515) publicações, sendo contadas apenas aquelas supostamente escritas pelo Ministro, assim como os *retuítes* comentados, isto é, compartilhamento de outros *tuítes* seguidos por palavras diretas do Ministro. Assim, para as finalidades deste trabalho, serão analisadas as publicações datadas entre a criação da conta - novembro de 2018 - e o último dia do mês de julho de 2020, data que foi feita a coleta dos dados para análise. De forma adicional, a diferença do alcance direto das contas pessoal do ministro e a institucional do Itamaraty, possuindo a primeira, em 9 de agosto de 2020, mais que o dobro de seguidores do que a última (720 mil e 304,4 mil, respectivamente), é evidente, tendo a conta pessoal do ministro aumentado substancialmente seu número de seguidores em 2019 (MELLO, 2019) e em 2020.

Como se trata de centenas de publicações, utilizou-se para a análise o conjunto de plataformas *online* para a extração dos “*tuítes*” para um único arquivo, que foi analisado no *software* de análise qualitativa “Maxqda”, em combinação com a leitura corrente das publicações para a seleção do foco da análise. O uso do *software* foi conciliado com o método de Análise de Conteúdo trazido em “Análise de Conteúdo” da autora Laurence Bardin (1977). Assim, foram realizadas as etapas de pré-análise, na qual decorreu a leitura flutuante dos documentos - os *tuítes*-, para auxiliar na descoberta dos caminhos seguidos na análise, assim como para a formulação das hipóteses a serem trabalhadas (i); de codificação, na qual o

software desempenhou um papel fundamental na atribuição de índices dentro das unidades de registro, isto é, “é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base” (BARDIN, 1977, p. 104) (ii); de categorização, a partir dos resultados da codificação, dos índices em categorias semânticas razoáveis para a realização da última etapa (iii); e da inferência, onde se decorre a análise real dos dados de forma mais substancial, na qual há a relação com os marcos teóricos utilizados até então e a avaliação das hipóteses e desdobramentos da análise (BARDIN, 1977).

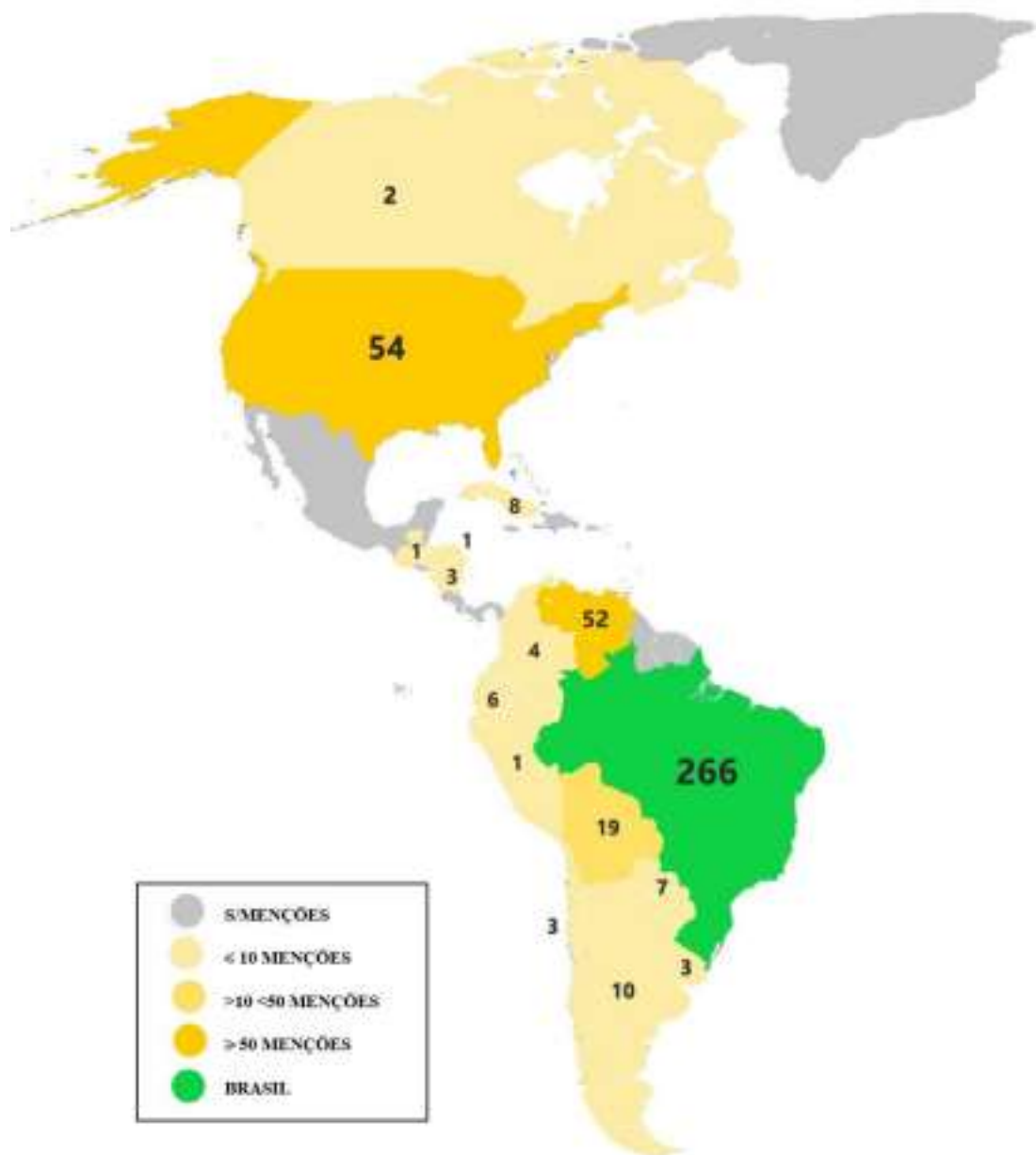
É importante frisar que as etapas da análise de conteúdo por muitas vezes não são obrigatoriamente sequenciais (LIMA; MANINI 2016), e foram retomadas a fim de revisar os dados localizados e de aperfeiçoar a análise final. Após a leitura dos documentos, se realizou a codificação a partir de palavras-chave retiradas dos próprios *tuítes* do Ministro, assim como da parte do plano de governo do então candidato Jair Bolsonaro, em 2018, intitulada “Novo Itamaraty”. O foco se deu na codificação conjunta das citações aos nomes de países americanos e suas respectivas nacionalidades assim como termos relacionados a líderes nacionais, ao continente (América, América Latina, América do Sul, América do Norte, América Central), e a pesquisa das organizações internacionais dentro do continente (Mercosul, Prosul, UNASul, OEA). Como podemos observar no Mapa 1 e no Gráfico 1 postos abaixo:

GRÁFICO 1 - Menções dos países, líderes, organizações regionais e do continente (excluindo-se o Brasil e Jair Bolsonaro).



Fonte: elaboração própria através do software Excel, com dados extraídos do Maxqda.

MAPA 1 – Menções dos países americanos no Twitter do Ernesto Araújo.



Fonte: elaboração própria com dados extraídos do Maxqda.

Observando a distribuição geográfica da quantidade de vezes que países do continente americano são citados pelo chanceler em seus tuítes, percebe-se uma preponderância significativa de dois países em particular, após exclusão do Brasil: Estados Unidos da América e a Venezuela. Tal preponderância se manifesta mesmo na comparação com Organizações Internacionais Regionais, como o Mercosul e a Organização dos Estados Americanos, como pode ser observado no Gráfico 1. Desde o plano de governo de 2018, do então candidato Jair Messias Bolsonaro, esses países são associados a movimentos distintos e antagônicos, o

primeiro ligado aos princípios liberais e democráticos que seriam a “bússola” do novo governo; o segundo, sempre associado à esquerda, ditaduras assassinas e ao “viés totalitário do Foro de São Paulo”.

Esse ponto de vista pode ser observado também naquilo que o chanceler publica em seu perfil no Twitter, embutindo os elementos ideológicos, que norteiam a política externa que ele formula, em suas mensagens. Devido ao alcance e engajamento que o Twitter proporciona ao chanceler, é possível inferir que a plataforma seja usada como uma das formas de manter o apoio da base eleitoral do governo Bolsonaro. Isto se dá de modo a confirmar o discurso da campanha de mudança da PEB em relação aos governos anteriores, principalmente com relação à aproximação com os EUA e o distanciamento da América Latina, que representa as gestões anteriores direcionadas por um “alinhamento ideológico”, diametralmente oposto daquele supostamente defendido pelo chanceler.

A construção do discurso do ministro Ernesto no Twitter é alicerçada em uma narrativa de bipolaridade no cenário internacional, colocando os democratas do ocidente cristão e seus valores em disputa com a esquerda globalista. No decorrer da análise dos dados coletados, é possível observar uma associação dos EUA com o primeiro pólo e a Venezuela com o segundo, sendo esta a estratégia de adesão do chanceler com a militância virtual que apoia o governo.

Na página do ministro Ernesto, que se trata de um canal de comunicação tão poderoso quanto a do Itamaraty, é possível enxergar uma grande quantidade de aparições dos Estados Unidos – que está ligado a uma nova onda de pensamento predominante desde a eleição de Donald Trump - muito devido a linha de atuação proposta do presidente Jair Bolsonaro, além dos motivos ideológicos já explanados anteriormente. Para entender o cenário das publicações do Ministro, e aprofundar sobre o que foi tratado no contexto dos Estados Unidos foi realizada uma busca lexical pelos termos EUA, Estados Unidos e Donald Trump. A pesquisa resultou em um total de 54 tuítes sobre o tema – quase dez por cento de toda sua atividade na rede social.

FIGURA 1 – Nuvem de palavras de tuítes do Ernesto Araújo sobre EUA.



Fonte: elaboração própria utilizando software Maxqda.

Os tuítes do Ministro têm, em disparidade, uma maior quantidade de aparições dos termos *EUA*, *aliança*, *liberdade*, *economia*, *democracia*, *segurança*, e *“realdonaldtrump”* – o nome de usuário do presidente dos EUA na rede social. É importante salientar que alguns termos são junções das aparições de algumas palavras ligadas a um conceito central – por exemplo o termo *aliança* conta também as vezes que aparecem as palavras *parceria*, *aliança*, *cooperação* e *aproximação* nos tuítes.

Isso porque, na Análise de Conteúdo, Bardin (1977) explica a fundamental função do processo de codificação – quando os dados são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição das características do conteúdo – no que diz respeito a saber como efetuar a análise. Por não se tratar de uma pesquisa exploratória é necessário codificar, transformar ou tratar os dados a serem analisados. Na tabela a seguir, utiliza-se como a frequência (enumeração) das palavras (unidade de registro) dos tuítes do ministro sobre os Estados Unidos como principal foco.

TABELA I – Codificação das palavras nos tuítes sobre os EUA.

Palavra	Aparições	Termo/Código	Frequência
Eua	37	eua	40

casa branca	3		
Aliança	10	aliança	24
Parceria	7		
Cooperação	4		
Aproximação	3		
Realdonaldtrump	11	realdonaldtrump	13
Trump	2		
Democracia	9	democracia	12
democracias	3		
econômica	4	econômica	12
Economia	4		
Econômico	4		
liberdade	10	liberdade	10
segurança	9	segurança	9

Fonte: elaboração própria com dados extraídos do Maxqda.

Assim, tendo em vista o que foi apresentado nessa tabela, o conteúdo da análise será baseado nos dez primeiros termos mais citados, ou seja, com maior frequência, sobre os

Estados Unidos, se repetindo também a mesma lógica na análise dos tuítes da Venezuela. Justamente porque Bardin (1977) explica que “a importância da unidade de medida aumenta com a frequência das aparições”, sendo este um elemento fundamental. “EUA” é o termo que aparece em disparada nos tuítes, contudo, por se tratar do nosso foco central, partiremos para a palavra seguinte. Em sequência, o segundo termo, *aliança*, reflete a aproximação da parceria EUA-Brasil visualizada no planejamento do atual governo. Desde o início do governo Bolsonaro, em 2019, já se enxergava essa aproximação. Inclusive, no discurso do Senador Aloysio Nunes Ferreira na Cerimônia de posse do Ministro Ernesto Araújo, a aliança é considerada explicitamente um tema: “Diferentemente do que pode ter sido a prática em governos anteriores, procuramos reforçar as relações com parceiros tradicionais, como Estados Unidos, Europa e China” (RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL, 2019).

É também claramente visível em um discurso do próprio Ernesto, no qual ele fala sobre essa nova aliança. O ministro utiliza de argumentos como: “ Uma nova relação Brasil EUA pode deslocar e substituir o eixo da ordem global” e também, “A melhor esperança que temos hoje é criar um amálgama sólido unindo um aberto, economia competitiva e liberal, com a com base em valores conservadores” (RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL, 2019).

Em um tuíte mais recente a data que esta pesquisa está sendo realizada, e de conteúdo similar a muitos outros publicados, o chanceler indaga: “A parceria com os EUA é aquela que reforça nosso projeto de regeneração moral e econômica do Brasil e por isso ela é central: democracia, soberania, economia forte baseada no investimento privado (mais eficiente e sem espaço para corrupção) tecnologia para a liberdade e não para controle social”. E, também: “Aqui não há qualquer subserviência. Forjamos uma aliança de iguais³ entre duas imensas democracias, Brasil e EUA, uma aliança que, antes de mais nada, é para defender essa Democracia que vocês tanto temem porque já não conseguem manipulá-la. Aliança para promover a liberdade no mundo”⁴.

³ ARAÚJO, E. “A parceria c/ os EUA é aquela que reforça nosso projeto de regeneração moral e econômica do Brasil e por isso ela é central: democracia, soberania, economia forte baseada no invest. privado (+eficiente e sem espaço p/ corrupção) tecnologia p/ a liberdade e não p/ controle social.” Brasília, 10 maio 2020. Twitter: @ernestofaraujo. Disponível em: <https://twitter.com/ernestofaraujo/status/1259473273236176897> Acesso em: 02 ago 2020.

⁴ ARAÚJO, E. “Aqui não há qualquer subserviência. Forjamos uma aliança de iguais entre duas imensas democracias, Brasil e EUA, uma aliança que, antes de mais nada, é p/ defender essa Democracia que vocês tanto temem porque já não conseguem manipulá-la. Aliança p/ promover a liberdade no mundo.” Brasília, 10 maio 2020. Twitter: @ernestofaraujo. Disponível em: <https://twitter.com/ernestofaraujo/status/1259473271352897537> Acesso em: 02 ago 2020.

A escolha dos dois últimos tuítes para ilustrar o posicionamento do ministro quanto aos EUA são importantes para explicar quase toda a atividade da conta quanto ao país norte americano. Na grande maioria, os tuítes que contêm *aliança* também apresentam os termos *democracia, econômica e liberdade*, ligados ao mesmo argumento: os EUA como parte da construção do governo brasileiro atual para um debate dualista, além de uma indução de o país ser a salvação econômica, ou de segurança, para o Brasil. Os argumentos sempre vão ao encontro, também, a uma crítica aos governos anteriores ou, nas palavras do ministro, “a rede de corrupção, ditadura, narcotráfico e terrorismo que é o Foro de São Paulo”⁵.

Essa visão redentora dos EUA não se repete quando o escopo de análise é a Venezuela. Nesse sentido, para centralizar as menções sobre o país, foi necessário fazer uma busca lexical que inclui os termos Venezuela, Maduro, Grupo de Lima e Guaidó; é possível encontrar 56 tuítes que conversem com o tema. Baseado nessas menções, foi extraída a seguinte nuvem de palavras:

FIGURA 2 – Nuvem de palavras de tuítes do Ernesto Araújo sobre a Venezuela.



Fonte: elaboração própria utilizando software Maxqda.

Ao tratar da Venezuela, os tuítes do Ministro têm uma grande quantidade de aparições dos termos Venezuela, democracia, Guaidó, Maduro, Lima, Venezuelano, Bolsonaro, ditadura, liberdade e apoio. E, mais uma vez, é importante salientar que alguns destes termos são

⁵ ARAÚJO, E. “Aplicamos todos e cada um dos princípios constitucionais. Atuando p/ dismantelar a rede de corrupção, ditadura, narcotráfico e terrorismo que é o Foro de S. Paulo, fizemos mais pela integração latino americana do que volumes e volumes de discursaria integracionista..” Brasília, 08 maio 2020. Twitter: @ernestofaraujo. Disponível em: <https://twitter.com/ernestofaraujo/status/1258879993389686784> Acesso em: 02 ago 2020

junções das aparições de algumas palavras ligadas a um conceito central, de acordo com a tabela abaixo:

TABELA 2– Codificação das palavras nos tuítes sobre a Venezuela.

Palavra	Aparições	Termo/Código	Frequência
Venezuela	47	Venezuela	47
democracia	19	Democracia	41
Democracia	3		
democrática	7		
democráticas	1		
democráticos	1		
redemocratização	3		
transição	7		
Guaidó	14		
Juan	10		
jguaido	1		
Maduro	21	Maduro	24
Nicolás	3		

Lima	12	Lima	21
Grupo	8		
grupo	1		
venezuelano	8	venezuelano	18
venezuelanos	6		
venezuelana	2		
venezuelanas	2		
Bolsonaro	8	Bolsonaro	15

Presidente	1		
PR	6		
ditadura	6	ditadura	14
ditaduras	1		
ditatorial	2		
não-democráticos	1		
tiranía	2		

tiranos	1		
totalitarismo	1		
liberdade	8	liberdade	14
liberdad	1		
libertação	1		
libertar	2		
livre	2		
apoio	9		
apoiando	1		
apoiam	1		
apoiá-lo	2		

Fonte: elaboração própria com dados extraídos do Maxqda.

O código que aparece em segundo lugar no número de menções, logo após o nome do país, é democracia que, ao observar o contexto dessas menções é possível identificar um comportamento dúbio do chanceler ao tratar da Venezuela, e isso fica explícito quando os códigos seguintes são: Guaidó - em referência ao autoproclamado presidente interino da Venezuela; e Maduro, o atual presidente, considerado ditador por um número considerável de países. Juan Guaidó recebeu, tão logo se autoproclamou, o apoio do Brasil e do grupo de Lima, formado por países da América do Sul que questionam a legitimidade de Maduro, como pode-se verificar no tuíte do dia 23 de janeiro de 2019, onde o chanceler divulga uma nota do

Itamaraty em sua rede, reconhecendo Guaidó presidente, sendo possível⁶ identificar 4 códigos (*Guaidó, Venezuela, apoio e democracia*).

O ministro, porém, quando utiliza o termo *Maduro* apresenta uma conotação diferente daquela observada quando há *Guaidó* na construção da mensagem. O próprio Araújo faz questão de demonstrar esse tratamento retórico distinto no tuíte sobre uma conferência pela democracia na Venezuela, realizada em agosto de 2019. A repetição do uso⁷ de *Maduro* associado a palavras como ditadura, tirano, genocida e não-democrático corrobora a narrativa negativa observada desde o plano de governo do então candidato Bolsonaro para com o país. Além disso, o chanceler fala com frequência na necessidade de afastamento do presidente Maduro e de intervenção externa, e liga o líder venezuelano à governos,⁸ ⁹ instituições e personagens políticos reconhecidos pela orientação ideológica à esquerda¹⁰, como quando, ao justificar o voto a favor do embargo contra Cuba na Assembleia Geral da ONU com um fio no Twitter, Ernesto Araújo associou Cuba, comunismo, foro de São Paulo e socialismo corrupto ao governo de Maduro¹¹.

A conotação dada pelo chanceler Araújo aos tuítes que tratam da Venezuela, quando combinada com o código *Guaidó*, perde o caráter negativo e ganha um sentido positivo, como no tuíte do dia 23 de janeiro de 2019, anteriormente citado. Outros exemplos desse tratamento são taxativos, combinando códigos como *liberdade, democrático, parceria* e, como

⁶ ARAÚJO, E. “Brasil reconhece Juan Guaidó como Presidente da Venezuela e oferece apoio para o processo de transição democrática que hoje se inicia naquele país.” Brasília, 23 jan 2019. Twitter: @ernestofaraujo. Disponível em: <https://twitter.com/ernestofaraujo/status/1088164421061484549> Acesso em: 02 ago 2020.

⁷ ARAÚJO, E. “Na Conferência pela Democracia na Venezuela. Toda a comunidade internacional precisa enxergar: de um lado o governo constitucional de Guaidó, de outro o regime genocida de Maduro que sobrevive pela força. Quem defende a liberdade e dignidade humana só tem uma opção: #FueraMaduro” Lima, 06 ago 2019. Twitter: @ernestofaraujo. Disponível em: <https://twitter.com/ernestofaraujo/status/1158806922696560642> Acesso em: 02 ago 2020

⁸ ARAÚJO, E. “Com crianças venezuelanas no centro da Operação Acolhida em Pacaraima. Além de acolher os próprios refugiados, o Brasil agora também dá acolhida ao sonho de liberdade do povo venezuelano: continuaremos trabalhando pelo fim da ditadura de Maduro.” Pacaraima, 23 fev 2019. Twitter: @ernestofaraujo. Disponível em: <https://twitter.com/ernestofaraujo/status/1099459627509563392> Acesso em: 02 ago 2020

⁹ ARAÚJO, E. “Grupo de Lima continua sendo o foro central de promoção da democracia na Venezuela. ¹⁰ Estamos discutindo propostas para um roteiro de transição democrática, que precisa começar pela saída de Maduro.” Ottawa, 20 fev 2020. Twitter: @ernestofaraujo. Disponível em: <https://twitter.com/ernestofaraujo/status/1230588743821778956> Acesso em: 02 ago 2020

¹⁰ ARAÚJO, E. “O “Socialismo do Século XXI”, representado por Maduro na Venezuela, está ruindo. Assim como em todos os países do século XX que adotaram esse modelo, o resultado é sempre o mesmo: miséria generalizada, mentira e opressão.” Brasília, 05 fev 2019. Twitter: @ernestofaraujo. Disponível em: <https://Twitter.com/ernestofaraujo/status/1092788962450702336> Acesso em: 02 ago 2020

¹¹ ARAÚJO, E. “7/Cuba é hoje o principal esteio do regime Maduro na Venezuela, o pior sistema ditatorial da história do continente. Desse modo, Cuba está por trás da opressão aos venezuelanos, da catástrofe humanitária, da tortura, da migração forçada de 1/6 da população do país.” Nova Iorque, 07 nov 2019. Twitter: @ernestofaraujo. Disponível em: <https://twitter.com/ernestofaraujo/status/1192538232887611392> Acesso em: 02 ago 2020

manifestação de respaldo do governo brasileiro, o código *apoio* é associado ao governo autoproclamado de Juan Guaidó seis vezes e, em outras cinco, o código é usado para condenar o apoio de países e organizações ao governo Maduro, sendo contrário, inclusive, ao diálogo ¹².

Em suma, o chanceler Ernesto Araújo embute, em sua conta pessoal do Twitter e nas suas análises sobre a Venezuela, a disputa ideológica esquerda *versus* direita para justificar e engajar apoio às tentativas de isolamento e intervenção no governo de Maduro. Trata, inclusive, do governo Maduro como parte de um grande projeto da “esquerda mundial”, colocando a disputa interna da Venezuela como uma guerra de libertação, das trevas contra a luz, da opressão contra a liberdade, da tirania contra a democracia ¹³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de um possível desencapsulamento do Itamaraty (FARIA, 2008), as mídias sociais passaram a desempenhar um papel crítico quanto às relações entre a opinião pública e a PEB. Por um lado, realmente vivenciamos um processo de aproximação: como afirmado por Raposo de Mello (2019), a introdução de atores políticos nas grandes redes informacionais, como o *Twitter* aqui analisado, é um movimento que resulta na construção e aprimoramento do que a opinião pública brasileira compreende sobre política externa. De outro ângulo, a introdução das mídias sociais é também responsável por uma polarização do debate público que se reverbera na política externa (BAUM; POTTER, 2019).

O argumento levantado neste trabalho é que o Chanceler brasileiro é um exemplo que se insere nessas duas dinâmicas ao utilizar das redes sociais para criar canais de informação com a opinião pública. Entretanto, como visualizado, essas informações são empregadas

¹² ARAÚJO, E. “O extraordinário movimento pela redemocratização da Venezuela está se avolumando sob a presidência de Juan Guaidó. Inconformados, países que apoiam ou toleram Maduro querem criar "grupos de contato" ou "diálogo" com seu regime ilegítimo. Isso só serve p/ dar sobrevida à ditadura.” Brasília, 31 jan 2019. Twitter: @ernestofaraujo. Disponível em: <https://twitter.com/ernestofaraujo/status/1090877836947345408?s=20>Acesso em: 02 ago 2020

¹³ ARAÚJO, E. “1/A esquerda mundial continua agarrada ao seu grande projeto do momento: manter Maduro no poder, para que continue destruindo seu próprio povo, albergando terroristas e organizações criminosas e espalhando as trevas da opressão para toda a América Latina. 2/Se a esquerda conseguir a perpetuação da tirania na Venezuela apesar de toda a pressão internacional pela democracia, se conseguir continuar matando o povo venezuelano de fome apesar do anseio de todo o continente de prestar ajuda humanitária, o que não conseguirá? 3/A esquerda mundial quer manter Maduro no poder e esfregá-lo na cara das democracias, dizendo: "vejam, vocês são incapazes, nós somos mais fortes, nós vamos manter aqui este regime genocida narcotraficante e vocês vão ter que engolir"4/Mas a democracia tem a força moral e com ela triunfará. Seu veículo é o governo legítimo de Juan Guaidó. A consciência e patriotismo dos militares venezuelanos os conduzirá para o lado certo. O regime ditatorial se esfacelará. A esquerda é que terá de engolir.” Brasília, 8 fev 2019. Twitter: @ernestofaraujo. Disponível em: <https://twitter.com/ernestofaraujo/status/1093929791898697728?s=20>Acesso em: 06 ago 2020

especialmente para a manutenção da base de apoio eleitoral do governo Bolsonaro, ao ressaltar constantemente o mote da campanha quanto à ruptura com o paradigma de política externa ideologizado dos governos petistas, fato que corrobora com o contexto de polarização política. A análise de conteúdo aqui realizada demonstrou isso ao destrinchar como o chanceler atua em prol da militância virtual que apoia o governo, através da reafirmação de um alinhamento com os EUA e do distanciamento de países do eixo Sul-Sul, representado pelo discurso anti-venezuelano, mais especificamente anti-Maduro. O primeiro figura como principal representante do grupo de países democráticos do Ocidente cristão, ao qual o governo pretende se encaixar, e a relação com o segundo representa a disputa de valores com a esquerda globalista.

Em suma, essas análises permitiram a inferência de que o discurso bolsonarista de desideologização da PEB é, na verdade, a apresentação de uma forma de ideologização nova e de posição oposta no espectro político, isto é, a direita, orientada aos Estados Unidos e à Trump, abandonando o pragmatismo que sempre foi peculiar à PEB para assumir um alinhamento automático. A análise do conteúdo em sua conta pessoal do *Twitter* quanto a dois países completamente opostos, Estados Unidos e Venezuela, permitem ressaltar um desdobramento da análise sobre a opinião pública e manutenção da base eleitoral: o espelhamento da polarização política existente no país e uma transição ideológica de cento e oitenta graus na política externa. Isso passa a ser evidenciado a partir de usos diferentes para palavras similares, como nos casos de democracia e liberdade, assim como na atribuição de palavras mais positivas para um país, os EUA, para o qual o uso de palavras como cooperação e parceria se ressaltam em relação à Venezuela, enquanto para este último palavras como ditadura e opressão se destacam mais.

A partir da relevância do Twitter no diálogo do governo com a opinião pública, em especial com a base de apoio virtual, e em decorrência do analisado acima, conclui-se que o chanceler utiliza sua conta para expressar a política externa por ele chefiada, e que sufoca a história da casa de Rio Branco de pragmatismo, de defesa de valores, como a não intervenção e a autodeterminação dos povos, em nome de uma subserviência ideológica. Enfim, uma política externa que respira com a ajuda das máquinas, algoritmos e aparelhos das redes sociais.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. 1977. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BAUM, M. A.; POTTER, P. B. 2008. The relationships between mass media, public opinion, and foreign policy: Toward a theoretical synthesis. **Annu.Rev. Polit. Sci.**, 2008, v. 11, pp. 39-65.

BAUM, M. 2019. Media, public opinion, and foreign policy in the age of social media. **TheJournalofPolitics**, 2019, v. 81, n. 2, pp. 747-756.

CERVO, A. L.; LESSA, A. C. 2014. **O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014)**.

CNA, Brasil. 2020. PIB do agronegócio. **CNA Brasil**. Disponível em: https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/boletins/sut.pib_dez_2020.5mar2020vf.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

DIJCK, J. 2013. **The Culture of Connectivity - A Critical History of Social Media**. Oxford University Press, c.5.

DOURADO, Tatiana Maria Silva Galvão. **Fake news na eleição presidencial de 2018 no Brasil**. 2020.

FARIA, C. A. P. 2008. Opinião pública e política externa: Insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 51, no. 2.

FERREIRA, Alexandre Valério; RIOS, José Riverson Araújo Cysne. **Filtro bolha, câmara de eco e a formação de opiniões extremas**. 2017.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MANZUR, Tânia. Opinião pública e política externa do Brasil do Império a João Goulart: um balanço historiográfico. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: UnB, v. 42, n. 1, 1999.

MELLO, A. C. R. 2019. **Brazilian foreign policy on Twitter: digital expression of attitudes in the early months of Bolsonaro's administration**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MOREIRA, D. S. O. 2020. As semelhanças entre os governos Temer e Bolsonaro na Política Externa (2016-2019). **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 9, n. 1.

PASSOS, R. D. F.; SANTANA, D. P. F. 2018. Uma breve análise das propostas de Jair Bolsonaro para a política externa brasileira. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 52.

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, v. 124, n. 1, 2019. Semestral.

- RICUPERO, R. 2017. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. Versal Editores.
- ROBINSON, P. 2008. The role of media and public opinion. In: SMITH; HADFIELD; DUNNE. Foreign Policy - Theories, actors, cases. **Oxford University Press**, USA.
- SARAIVA, M. G. 2013. Continuidade e mudança na política externa brasileira: as especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010. **Relações Internacionais (R: I)**, n. 37, p. 63-78.
- SARAIVA, M. G.; SILVA, A. V. C. 2019. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais (R: I)**, n. 64, p. 117-137.
- SCHUTTE, G. R.; FONSECA, B. C. D.; CARNEIRO, G. S. 2019. Jogo de Dois Níveis Voltado ao Eleitorado: Uma Análise da Política Externa Bolsonaroista. **Conjuntura Global**, v. 8, n. 2.
- TSE. **Brasil acima de tudo, Deus acima de todos**. 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>. Acesso em: 12 de ago. 2020.
- VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. 2007. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335.